SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA CPD AO PROJETO DE LEI Nº 220, DE 2022

Altera o art. 4º da Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, para que o benefício de prestação continuada à criança ou adolescente com deficiência não seja considerado na base de cálculo da renda familiar per capita mensal para fins de elegibilidade para o Programa Bolsa Família.

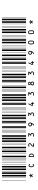
O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o art. 4º da Lei nº 14.601, de 19 de janeiro de 2023, para que o benefício de prestação continuada à criança ou adolescente com deficiência não seja considerado no cálculo da renda familiar per capita mensal para fins de elegibilidade para o Programa Bolsa Família.

Art. 2º O § 2º do art. 4º da Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 2º O benefício de prestação continuada, de que trata o
art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei
Orgânica da Assistência Social), recebido por quaisquer
dos integrantes da família, compõe o cálculo da renda
familiar per capita mensal, exceto se o titular for criança
ou adolescente com deficiência.
" (NR)





"Art 40



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 21 de novembro de 2023.

Deputado MÁRCIO JERRY Presidente



